



EDITAL DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 008/2026

O Município de Açailândia, estado do Maranhão, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, torna público a quem de interesse for, que realizará licitação na modalidade Concorrência, na forma eletrônica, tendo por objeto a seleção da proposta mais vantajosa visando a concessão de uso real da área e instalações do Frigorífico Municipal de Açailândia.

Esta Concorrência será regida pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21 e da Lei Federal nº 8.987/95, bem como pelas normas legais aplicáveis à matéria, em particular aquelas relacionadas a ordem administrativa, civil e penal e por este edital e seus anexos, particularmente pelo Anexo I (Termo de Referência).

A sessão eletrônica de licitação realizar-se-á dia 06 de julho de 2026, às 9h00min, através da plataforma de licitação LICITANET, no endereço eletrônico: www.licitanet.com.br.

O edital e seus anexos podem ser obtidos gratuitamente exclusivamente no Portal da Transparência do Município, no endereço eletrônico www.acailandia.ma.gov.br, no Portal Nacional de Contratações Públicas (www.pncp.gov.br) e no Portal Licitanet (www.licitanet.com.br).

Pedidos de esclarecimento e impugnações ao edital devem ser encaminhados exclusivamente pelo campo próprio do sistema LICITANET. Em nenhuma hipótese serão prestadas informações pessoalmente ou por telefone.

1. DO OBJETO E DO VALOR INICIAL PARA LANCE

1.1. Constitui objeto desta Concorrência a seleção da proposta mais vantajosa visando a concessão de uso real da área e instalações do Frigorífico Municipal de Açailândia, gerido pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.

1.2. O valor estimado para o lance inicial nesta Concorrência é de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), identificado através de Análise de Viabilidade Financeira disponibilizada no Portal da Transparência do Município, no link disponibilizado no item 6 deste instrumento.

OBSERVAÇÃO:

- a) Por orientação do Portal Licitanet, será assentado no sistema o valor de lance inicial de R\$ R\$ 56.923,21 (cinquenta e seis mil novecentos e vinte e três reais e vinte e um centavos), que corresponde a 0,5% do cenário fixado no item 4.1 da Análise de Viabilidade Financeira disponível no endereço: https://acailandia.ma.gov.br/transparencia/licitacao/CONCORRENCIA_2270
- b) Os lances deverão ser superiores a este valor e, quando da contratação, **o valor final ofertado será convertido em porcentagem a ser fixada no**





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI



instrumento de avença, com as devidas justificativas e observações em termo próprio.

2. DA MODALIDADE E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 2.1. Fica eleita como modalidade para o presente procedimento a CONCORRÊNCIA, na forma eletrônica, tendo por critério de julgamento o maior lance considerando-se porcentagem na forma do inciso II, art. 15 da Lei Federal nº 8.987/95.
- 2.2. Devido à complexidade do objeto, fica afastada a utilização da modalidade leilão neste certame, como fixado no inciso V, art. 33 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 2.3. A maior oferta será considerada para fixar a remuneração do Município sobre a atividade econômica desenvolvida pelo concessionário em relação ao objeto deste instrumento, compreendendo-se sua incidência sobre o lucro líquido mensal da concessionária aferido através de demonstrativos contábeis (balancetes) e livro diário, a serem disponibilizados mensalmente ao fiscal do contrato.

3. DA FINALIDADE E DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 3.1. A finalidade do presente procedimento é a concessão de uso real das instalações, área e equipamentos do Frigorífico Municipal de Açailândia, tendo por regime de execução a melhor compensação ao Município pela exploração comercial do bem público a ser concedido o uso.
- 3.2. O bem cujo uso passar a ser concedido não deixará de integrar o patrimônio do Município, podendo a ser a qualquer tempo, motivadamente e diante o devido processo legal, retomado ou intervencionado pela administração municipal.

4. DA PARTICIPAÇÃO

- 4.1. Não poderão disputar esta licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
- 4.1.1 o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 4.1.2. a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 4.1.3. a pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 4.1.4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta,





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.1.5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.1.6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.1.7. microempresas e empresas de pequeno porte.

4.2. O impedimento de que trata o item 4.1.1. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.3. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.1.1 e 4.1.2. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.4. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.5. O disposto neste item não impede a licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

4.6. As empresas que não se enquadrem nas vedações acima descritas e que tenham atividade econômica compatível com o objeto desta licitação poderão participar livremente do certame.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. A interessada em participar da presente Concorrência, deverá fazer seu credenciamento junto ao portal de licitações LICITANET, no endereço disposto no preâmbulo deste edital, obedecendo as normas internas da plataforma.

5.2. O credenciamento será necessário para garantir o acesso do licitante à Concorrência, podendo atuar ativamente neste com a inserção de proposta de preços, documentos de habilitação, operação na fase de lances e demais atos pertinentes ao certame.

6. DA VIABILIDADE FINANCEIRA E DA VISITA TÉCNICA

6.1. Para análise da viabilidade financeira do empreendimento, está disponível no Portal da Transparência do Município, no link https://acailandia.ma.gov.br/transparencia/licitacao/CONCORRENCIA_2270, estudo





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

realizado para a identificação de todas as características necessárias para o desenvolvimento da atividade pelo eventual concessionário.

6.2. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações/local do Frigorífico Municipal de Açailândia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 14 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail: agricultura@acailandia.gov.br.

6.2.1. Os pedidos de agendamento só serão aceitos quando qualificada a interessada, devendo ser anexado ao e-mail:

- a) requerimento de vistoria técnica com a devida qualificação da interessada, em papel timbrado e assinado por seu responsável legal e,
- b) cópia do contrato social ou documento congênere, devidamente consolidado ou acompanhado do ato constitutivo e de todas as suas alterações e
- c) comprovante de inscrição da pessoa jurídica junto a Receita Federal do Brasil.

6.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o último dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão eletrônica.

6.4. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria ou, no caso do sócio, contrato social.

6.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes do local e das instalações, devendo a licitante vencedora assumir os ônus de todas as possíveis despesas de reforma e adequação.

6.6. A Administração entregará à licitante que realizar a visita, atestado de vistoria conforme o Anexo IV deste edital.

6.7. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, será entendida a ausência como renúncia tácita, sendo aplicada a norma do subitem 6.5. deste instrumento.

6.8. A vistoria técnica não constitui requisito de habilitação.

6.9. É vedada a visita técnica por mais de uma interessada no mesmo dia e horário.

7. DO PROCEDIMENTO

7.1. A abertura da presente de licitação dar-se-á em sessão eletrônica, por meio da plataforma LICITANET, na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital.

7.2. O(a) agente verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no termo de referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que permita identificar o licitante antes do encerramento da fase de lances.





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

7.2.2. A desclassificação, quando houver, será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente e os licitantes.

7.4.1. Em caso de tumultos ou excessos durante a sessão eletrônica, o agente poderá bloquear o chat.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir o melhor lance deverá ser de 0,1% (um décimo por cento).

7.9. Será adotado para o envio de lances nesta Concorrência o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

7.10. A etapa de lances da sessão eletrônica terá duração mínima de 10 (dez) minutos em caso de não haver lances.

7.10.1. Havendo lances dentro dos dois últimos minutos do tempo regular, o sistema prorrogará o tempo por mais dois minutos e assim sucessivamente até que cessem os lances dentro do tempo passivo de prorrogação.

7.11. Durante o transcurso da sessão eletrônica, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do maior lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.12. No caso de desconexão com o agente no decorrer da etapa competitiva da Concorrência, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão eletrônica será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do agente aos participantes do certame, publicada no sistema, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura, que será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo agente aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.14. O critério de julgamento adotado será o maior lance percentual, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI



- 7.16. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será a abertura de lances para novos movimentos.
- 7.17. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.18. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão eletrônica, o agente poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor lance, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.18.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes, tendo por prazo mínimo 10 (dez) minutos.
- 7.18.2. O(a) agente solicitará ao licitante melhor classificado que no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas contadas em dias úteis, após a proclamação do vencedor, envie a proposta readequada ao último lance ofertado acompanhada de plano de negócios elaborado pela concorrente tomando por base a análise de viabilidade exposta neste edital.
- 7.18.3. Poderá o vencedor se utilizar da proposta final gerada pelo sistema LICITANET, desde que assinada no mesmo.
- 7.18.4. O plano de negócios será juntado aos autos e servirá como comprovação de ciência e capacidade executória prévia da vencedora.
- 7.19. Após a negociação do preço, o agente iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 7.20. Caso o valor final do vencedor enseje dúvidas ao agente acerca da sua exequibilidade, poderá o agente solicitar composição de custos detalhada, que será avaliada, com posterior emissão de parecer acerca da sua viabilidade.
- 7.21. Encerrada a fase de lances e proclamado o vencedor, este será convocado via chat para no prazo de até duas horas, inserir no sistema os documentos de habilitação elencados neste edital.
- 7.21.1. Serão admitidos apenas documentos com emissão anterior ao dia e horário de abertura da sessão eletrônica de licitação.
- 7.22. Será declarado vencedor do certame o licitante cuja proposta tenha sido aceita e sua habilitação deferida, exauridos os prazos recursais com seus procedimentos próprios.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 8.1. As propostas de preços deverão ser apresentadas em uma única via, sem propostas alternativas, inseridas no campo próprio da plataforma de licitação eletrônica (LICITANET), sem qualquer meio que torne possível sua identificação pelo(a) agente de contratação ou pelos demais concorrentes.
- 8.2. Os valores da proposta de preços deverão ser expressos em porcentagem, com no máximo uma casa decimal (0,0%).
- 8.3. Serão desclassificadas as propostas que:
- 8.3.1. contiverem vícios insanáveis;





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

- 8.3.2. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas do edital e anexos;
- 8.3.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem abaixo do fixado para a contratação;
- 8.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 8.3.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- 8.3.6. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada;
- 8.4. No procedimento em concorrência, será considerada como proposta inicial aquela inserida no sistema de licitação eletrônica (LICITANET).
- 8.5. O(a) agente poderá suspender a sessão para a conclusão da análise da proposta de preços.
- 8.6. a proposta terá validade mínima de 90 (noventa) dias contados da data da abertura da sessão eletrônica de licitação.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. São exigências para habilitação jurídica, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial às luzes da Lei nº 14.133/21 e ulteriores alterações, a seguinte documentação:

- a) cópia do contrato social ou documento congênere, devidamente consolidado ou acompanhado do ato constitutivo e de todas as suas alterações e,
- b) cópia dos documentos de identificação com foto de todos os sócios conforme o caso, ou do empresário individual, ou pessoa jurídica afim.

9.2. Para comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá comprovar que exerce a atividade objeto desta concorrência, bem como:

9.2.1. comprovar ter em seu quadro de funcionários, profissional na condição de responsável técnico (Médico Veterinário ou outro profissional devidamente competente) registrado no órgão de classe respectivo.

9.2.2. Comprovação de Capacidade Técnica-Operacional de no mínimo 03 (três) anos de experiência comprovada na atividade de abate de bovinos, mediante atestados/ declarações emitidas pelos contratantes dos serviços compatíveis com o objeto da licitação. Deverá estar datado e assinado por proprietário e / ou procurador e / ou responsável técnico do contratante da época de emissão da declaração.

9.3. Para regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI



c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991.

d) Prova de regularidade com a **Fazenda Pública Estadual** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação da:

d.1) Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;

d.2) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa.

d.3) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

e) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, através de:

e.1) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Fiscais;

e.2) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa.

f) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

g) Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de débitos trabalhistas – CNDT.

9.4. A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante a apresentação do balanço patrimonial já exigível na forma do art. 1.078 do Código Civil, devidamente registrado no órgão competente para tanto, referente ao último exercício social, compostos pelo balanço, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis.

9.4.1. Para a aferição da saúde financeira da licitante, esta deverá comprovar os seguintes índices contábeis:

- Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou superior a 01;
- Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 01, e
- Índice de Endividamento Total (IET) (substituído também pelo ISG – Índice de Solvência Geral), igual ou inferior a 1.

9.4.2. Os licitantes poderão utilizar as seguintes fórmulas:

Liquidez Geral

ATIVO CIRCULANTE + ATIVO NÃO CIRCULANTE
PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI



Liquidez Corrente

Ativo Circulante

Passivo Circulante

Solvência Geral

ATIVO TOTAL

PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE

9.4.3. Os índices contábeis serão analisados sob o balanço patrimonial.

9.5. Deverá ainda apresentar certidão negativa de falência e recuperação judicial exarada pela distribuição judicial a qual a licitante esteja jurisdicionada.

9.5.1. Caso a licitante encontra-se em recuperação judicial, deverá apresentar a certidão respectiva acompanhada da sentença judicial que homologou o processo de recobra junto aos documentos de habilitação.

9.6. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou de certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

9.7. A empresa deverá comprovar capital mínimo de R\$ 1.138.464,26 (um milhão cento e trinta e oito mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e vinte e seis centavos) que corresponde a 10% do cenário fixado no 4.1 da Análise de Viabilidade Financeira disponível no endereço: https://acailandia.ma.gov.br/transparencia/licitacao/CONCORRENCIA_2270.

9.8. A Concessionária deverá comprovar investimento anual mínimo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

9.8.1. A comprovação deverá ser feita através de Declaração de Concorância/Anuência com o valor mínimo de investimento.

9.9. Vencido o horário de início da sessão, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, na forma do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21 ou mediante as convocações regulares na forma da lei e deste edital.

9.10. A documentação referida neste item poderá ser:

a) apresentada em original, por cópia simples ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;

b) substituída por registro Certificado de Registro Cadastral junto ao SICAF;

9.11. Havendo dúvida acerca da autenticidade dos documentos apresentados por cópia simples, a administração solicitará a apresentação do original para confronto o que deverá ser efetivado em até dois dias úteis após a citação ou lavratura da ata da sessão eletrônica.

9.12. A ausência ou incongruência insanável de qualquer um dos documentos elencados neste dispositivo ensejarão na inabilitação da licitante.

Rua Benjamim Constante, 393. Jacu – Açailândia/MA. CEP: 65.930-000



Documento assinado eletronicamente por **UDENES PEREIRA DA SILVA RODRIGUES**, Secretário Municipal de Agricultura, em 08/06/2026 13:36:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#). A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://eproc.acailandia.ma.gov.br/validar/>, informando o código verificador: DOC-9500668378391.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

9.13. Os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante declarado vencedor e deverão ser inseridos no sistema em até duas horas após a convocação do(a) agente de contratação via chat.

9.14. Os documentos de habilitação terão sua vigência analisada conforme a data de abertura do certame.

9.15. Caso dos documentos não conste o prazo de validade fixado pelo emissor, será considerado pela administração a validade de 60 (sessenta) dias.

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONCESSÃO

10.1. O prazo de vigência da concessão será de 20 (vinte) anos de forma improrrogável, contados após a publicação do Termo de Concessão.

10.2. O prazo poderá ser interrompido na forma dos itens 15 e 16 deste edital.

11. DOS TERMOS DA CONCESSÃO E DOS BENS REVERSÍVEIS

11.1. A concessão que se almeja seguirá os seguintes termos:

11.1.1. a concessionária será responsável por todas as despesas de manutenção, operacionais, extra operacionais, de investimentos e melhorias no Frigorífico Municipal, compreendendo a área instalada e a área externa, incluído a área de currais.

11.1.1. todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, licenças, selos de inspeção, enfim, todas as obrigações com o Estado, nos âmbitos federal, estadual e municipal, ficarão a cargo da concessionária.

11.2. Os bens reversíveis estão descritos na Análise de Viabilidade Financeira disponível no Portal da Transparência do Município e seguirão o que determina a lei.

11.3. Benefícios, ampliações, melhorias de toda ordem, serão agregados ao bem e revertidos ao Município quando for o caso, acompanhados de relatório pormenorizado da situação do empreendimento à época, instruído com fotografias e assinado pelas partes interessadas.

12. DA FORMA DE PAGAMENTO

12.1. A Concessionária fará o repasse dos valores pecuniários provenientes da concessão da seguinte forma:

12.1.1. até o décimo dia posterior ao fechamento do mês de atividade comercial, a Concessionária encaminhará relatório de faturamento ao órgão concedente, aos cuidados do fiscal do contrato designado pela administração, acompanhado de balancete e livro diário, do qual deverão constar todas as receitas e despesas, bem como o faturamento bruto, faturamento líquido, prejuízos e lucro do período;

12.1.2. o fiscal do órgão concedente encaminhará a documentação à Controladoria Geral do Município, que promoverá sua análise contábil assessorada pela Contadoria Geral do Município e pela Superintendência de Tributos Municipais;

12.1.2.1. a análise referida deverá ser concluída em até cinco dias úteis contados do recebimento dos documentos elencados no subitem 12.1.1.





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI



12.1.3. analisada a documentação e está aprovada conjuntamente pelo fiscal designado, pelo Controlador Geral do Município e pelo Contador Geral do Município, será determinado o valor a ser pago dentro da competência mensal, considerando-se o percentual ofertado pela Concessionária no processo licitatório pertinente;

12.1.4. o valor determinado será fixado em termo de aprovação emitido pelos agentes descritos no subitem 12.1.3., e devolvido a Concessionária, que deverá no prazo máximo de três dias úteis promover o recolhimento do valor em moeda nacional (R\$), através de Documento Municipal de Arrecadação.

12.2. No caso de incongruências ou dúvidas acerca dos documentos apresentados pela Concessionária conforme determina o subitem 12.1.1., o órgão concessor poderá determinar auditoria nas contas desta, afim de aferir a veracidade dos fatos financeiros e contábeis.

12.3. A auditoria citada será realizada pelo órgão de controle interno do município, acompanhado dos agentes que julgar necessário.

12.4. Fundamentado em documento que será juntado ao processo de auditoria, o órgão concessor poderá fazer inspeção ao empreendimento da Concessionária sem aviso prévio, tendo acesso a todos os documentos e instalações que julgar necessários para a concretização da auditoria.

12.5. Após a auditoria, em caso de identificação de fato que comprovadamente incida em mero erro *bona fide*, os valores serão corrigidos, bem como os relatório e balancetes, com a correção dos valores em real (R\$) e registro de advertência à Concessionária.

12.6. Caso, após a auditoria, se identifique fato que comprovadamente incida em má fé, fraude, ou outro ato ilícito, a administração tomará as providências legais, incluído, se for o caso, a intervenção ou extinção da concessão, com aplicação de multas e sanções administrativas, preservadas as ações penais e civis cabíveis, com notificação aos órgãos fiscais, Ministério Público e Tribunal de Contas.

12.7. Independentemente do que dispõe o subitem 12.2., o órgão concessor realizará anualmente, com o devido assessoramento, auditoria junto a escrituração da Concessionária, adotando como data base para o feito aquela fixada no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro.

12.8. O valor a ser percebido pelo órgão concessor será variável de acordo com a receita líquida mensal da concessionária, sendo fixo o percentual ofertado pela mesma, não sendo cabível a exposição neste caso de fórmulas de reajuste.

12.9. O primeiro pagamento será realizado imediatamente na forma deste item após o primeiro mês de efetiva atividade da concessionária no procedimento em orientação.

12.10. Visando a segurança jurídica e proteção do interesse público, a concessionária pagará pelo aluguel uma porcentagem sobre o lucro líquido, sendo que o referido valor mensal não poderá ser inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) mensal.

13. DA FORMALIZAÇÃO DA CONCESSÃO E DA GARANTIA

Rua Benjamim Constante, 393. Jacu – Açailândia/MA. CEP: 65.930-000



Documento assinado eletronicamente por **UDENES PEREIRA DA SILVA RODRIGUES**, Secretário Municipal de Agricultura, em 08/06/2026 13:36:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#). A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://eproc.acailandia.ma.gov.br/validar/>, informando o código verificador: DOC-9500668378391.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI



13.1. A relação entre o órgão concessor e a concessionária se dará através da celebração de termo de contrato de concessão de uso real de bem público, conforme o ANEXO III deste edital, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão, no Diário Oficial do Município, no Portal da Transparência do Município e no Pannel Nacional de Contratações Públicas, como condição de eficácia.

13.2. Como condição preliminar para a assinatura do termo de contrato, a Administração convocará a vencedora do certame para, no prazo máximo de cinco dias úteis, realizar visita técnica às instalações e área externa do Frigorífico Municipal de Açailândia, bem como vistoria aos equipamentos e afins, da qual se lavrará relatório de vistoria com o relato pormenorizado da realidade do empreendimento, instruído com fotos e assinado por comissão de servidores designados para o ato e pelos representantes da adjudicatária.

13.2.1. a comissão de que se cuida este item, no total de três membros, será designada pela Administração em ato próprio publicado no Diário Oficial do Município e será preferencialmente presidida por engenheiro avaliador do quadro de servidores do município.

13.2.2. o relatório em questão será acostado aos autos e passará a integrar o termo de contrato de concessão como anexo.

13.2. Para a assinatura do termo de concessão a administração convocará a adjudicatária deste certame a, no prazo de cinco dias úteis, comparecer ao órgão indicado a fim de firmar o instrumento, podendo este prazo ser prorrogada uma única vez mediante justificativa apresentada pela adjudicatária e aceita pela administração.

13.3. No ato da assinatura do termo de concessão, a adjudicatária deverá apresentar as certidões negativas relativas à regularidade fiscal, social e trabalhista exigidas para habilitação neste certame. No ato da assinatura do termo de concessão, a adjudicatária deverá apresentar as certidões negativas relativas à regularidade fiscal, social e trabalhista exigidas para habilitação neste certame acompanhadas da declaração de tributação na forma do ANEXO II deste edital., sob penas da não celebração do termo.

13.4. Após a publicação do extrato do termo de concessão na imprensa oficial, a CONCESSIONÁRIA assinará termo de recebimento do empreendimento dando conta de conhecimento do mesmo e aceitação das condições no qual se encontra.

13.4. A não celebração do termo no tempo regular ou naquele eventualmente prorrogado ensejará na decadência do direito de contratar e na aplicação das sanções previstas no item 20 deste edital.

13.6. Diante ao não comparecimento da primeira colocada para assinatura do termo de contrato, a administração convocará as demais classificadas na ordem de classificação para atos de continuidade da seleção serão motivados e publicados até que se chegue a um concorrente que cumpra a obrigação assumida.

13.7. A adjudicatária, no ato da assinatura do termo de contrato, deverá ainda apresentar garantia contratual no valor de 5% (cinco por cento) da receita total anual pontuada no item 4.1 da Análise de Viabilidade Financeira R\$ 11.384.642,68 (onze





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

milhões trezentos e oitenta e quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e sessenta e oito centavos) disponível no endereço: www.acailandia.ma.gov.br.

13.7.1. Para a garantia, a adjudicatária poderá se utilizar de seguro garantia, fiança bancária efetivada em instituição brasileira autorizada pelo Banco Central do Brasil ou por caução em dinheiro.

13.7.1.1. no caso de caução em dinheiro, o adjudicatário deverá entrar em contato com a Secretaria Municipal de Economia e Finanças através do e-mail: economia@acailandia.ma.gov.br ou in loco, formalizando em expediente próprio pedido de indicação de conta bancária do Município para depósito, devendo apresentar o comprovante no ato da assinatura do contrato.

13.7.2. O valor do seguro será executado no caso do não repasse ao Município dos valores devidos.

13.8. Também no ato da assinatura do termo, a adjudicatária deverá apresentar apólice de seguro de cobertura de danos e perdas, incluindo-se a eventualidade de sinistro das instalações do Frigorífico Municipal de Açailândia, tendo como favorecido o Município de Açailândia, estado do Maranhão.

13.9. Ambos os seguros (do contrato e de perdas e danos) terão vigência mínima de 12 (doze) meses, devendo ser renovado imediatamente no último mês anterior ao encerramento da sua vigência, perdurando durante todo o período da concessão.

13.10. No caso de prestação de seguro do contrato em valor monetário, o valor será mantido em conta, sendo obrigatório depósito anual da diferença correspondendo a inflação aferida pelo IGP-M acumulado do ano anterior, no mesmo período fixado no subitem 13.9., deste edital.

14. DA INTERVENÇÃO

14.1. O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

14.2. A intervenção far-se-á por decreto do poder concedente, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

14.3. Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

14.3.1. Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização.

14.3.2. O procedimento administrativo a que se refere o caput deste artigo deverá ser concluído no prazo de até cento e oitenta dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção.

14.4. Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.





15. DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

15.1. A extinção da concessão objeto desta Concorrência dar-se-á nos seguintes casos:

- 15.1.1. advento do termo contratual;
- 15.1.2. encampação;
- 15.1.3. caducidade;
- 15.1.4. rescisão;
- 15.1.5. anulação; e
- 15.1.6. falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

16. DA SUBCONCESSÃO

16.1. Não será admitida subconcessão do objeto deste procedimento.

17. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato e não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

18.1. Promover as atividades concessórias em estrita observância as especificações do edital de licitação e seus anexos, em particular do Termo de Referência e da proposta com ética e probidade.

18.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço e dos materiais fornecidos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

18.3. Garantir o acesso do órgão concessor ou de quem oficialmente designar, às instalações e documentos de ordem financeira e contábil da concessionária direcionada ao objeto deste procedimento.

18.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

18.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias que anteceda a data de possíveis interrupções na atividade objeto desta concessão, com a devida justificativa.

18.5.1. em caso fortuito ou imprevisível que gere a interrupção, comunicar imediatamente ao fiscal designado pelo órgão concessor do fato e das implicações primárias deste.

18.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas no ato de concessão, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nos casos de serviços acessórios a atividade objeto da concessão em tela.

18.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas,





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da concessão.

18.8. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor designado pela com cedente para acompanhar a execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados e atendendo as reclamações formuladas.

18.9. Indicar preposto devidamente capacitado para atuar junto ao fiscal designado pelo concessor.

18.10. Manter durante toda o tempo de vigência do termo de concessão, as condições primárias de habilitação.

18.11. Efetuar o(s) pagamento(s) fruto do objeto da concessão ao órgão concessor de acordo com as condições de percentual e prazo(s) estabelecidos no termo de referência e no edital

18.12. Comprovar mensalmente ao órgão concedente o recolhimento dos valores referentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e das contribuições previdências dos seus funcionários, incluindo a parte patronal.

18.13. A Concessionária terá o prazo improrrogável de 90 (noventa) dias para implementar os serviços junto ao Frigorífico, sob pena de multa mensal de R\$ 113.846,12 (cento e treze mil oitocentos e quarenta e seis reais e doze centavos) que corresponde a 1% do cenário fixado no item 4.1 da Análise de Viabilidade Financeira disponível no endereço:

https://acailandia.ma.gov.br/transparencia/licitacao/CONCORRENCIA_2270 e perda da concessão, convocando, assim, o segundo classificado.

18.14. No prazo de 06 (seis) meses, a Concessionária se compromete a gerar, no mínimo, 60 (sessenta) postos de trabalhos diretos com a referida concessão, sob pena de multa mensal de R\$ 113.846,12 (cento e treze mil oitocentos e quarenta e seis reais e doze centavos), que corresponde a 1% do cenário fixado no item 4.1 da Análise de Viabilidade Financeira disponível no endereço: https://acailandia.ma.gov.br/transparencia/licitacao/CONCORRENCIA_2270 e perda da concessão.

18.15. Em caso de abatimentos para distribuição e consumo no município de Açailândia, cobrar dos usuários a taxa de 18% em relação ao VRM local - R\$ 466,69 (quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e nove centavos) vigente a época para a realização de cada abate e, em caso, do abatimento ser para distribuição e consumo fora da circunscrição do Município de Açailândia, o valor da taxa será de 36% em relação ao VRM vigente a época para a realização de cada abate.

18.16. Os resíduos da graxaria, resíduos de couro verde, os subprodutos (coração, fígado, couro, tripa, bucho, chifre, rabo, pé, miúdos em geral, etc.), após o abate serão de propriedade da concessionária e comercializados pela própria concessionária.

18.17. A Concessionária deverá comprovar investimento anual de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

18.17.1. A comprovação deverá ser feita através de Declaração de Concorância/Anuência com o valor mínimo de investimento.

18.18. A adjudicatária, no ato da assinatura do termo de contrato, deverá ainda apresentar garantia contratual no valor de 5% (cinco por cento) da receita total anual pontuada no item 4.1 da Análise de Viabilidade Financeira R\$ 11.384.642,68 (onze





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI



milhões trezentos e oitenta e quatro mil seiscientos e quarenta e dois reais e sessenta e oito centavos) disponível no endereço: www.acailandia.ma.gov.br.

19. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO CONCESSOR

- 19.1. Acompanhar e fiscalizar as atividades da concessionária.
- 19.2. Designar servidores para acompanhar e fiscalizar o objeto desta concessão nos termos do edital.
- 19.3. Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente edital e tudo o mais que se relacione com a futura execução contratual, desde que não acarrete ônus ao órgão gerenciador e participantes ou modificação das obrigações.
- 19.4. Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto a ser contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 19.5. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital de licitação respectivo, promovendo, quando for o caso, a intervenção no empreendimento em uso bem como promovendo a extinção da concessão quando caracterizada alguma das condições previstas no item 16 deste edital.

20. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 20.1. Aos contratados que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a Administração Pública Municipal, e aos licitantes que cometam atos visando frustrar os objetivos da licitação, após o devido processo legal e segundo a sua natureza, a gravidade da falta e a relevância do interesse público atingido, respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, serão aplicadas as sanções previstas no DECRETO MUNICIPAL N° 128, DE 18 DE JULHO DE 2025, conforme segue:
- 20.2. Os licitantes ou contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas ficarão sujeitos às penalidades descritas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:
 - I - advertência;
 - II - multa;
 - a) Compensatória;
 - b) de mora.
 - III - impedimento de licitar e contratar;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 20.3. A aplicação da multa de mora não impedirá a Administração de convertê-la em multa compensatória, nem de promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulativa de outras sanções previstas neste Decreto.
- 20.4. As sanções previstas nos subitens I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem II, alínea "a", do item 20.2.
- 20.5. Na aplicação das penalidades devem ser consideradas as circunstâncias previstas no § 1º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 20.6. As sanções administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme disposto na legislação aplicável, no instrumento convocatório ou equivalente ou no instrumento contratual, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa para cada





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

penalidade.

20.7. A sanção de advertência é instrumento de diálogo e correção de conduta, consistindo em comunicação formal ao licitante ou contratado, e será aplicada nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais severa:

I - Descumprimento de pequena relevância de obrigação legal ou infração à lei, como atraso na entrega de produtos, serviços ou etapas de obras, independentemente da aplicação de multa;

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração Pública, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

20.8. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável pelas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo calculada conforme o edital ou contrato, respeitados os limites de mínimo 0,5% e máximo 30% do valor contratado, segundo os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

a) Deixar de entregar documentação exigida no certame;

b) Não celebrar contrato ou não apresentar documentação exigida após convocação dentro do prazo de validade da proposta;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcial do contrato;

IV - 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;

c) comportamento inidôneo;

d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

g) dar causa à inexecução parcial do contrato parcela do objeto não executada, em caso de inexecução que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

20.9. Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação.

20.10. Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso I, alínea "a", item 20.2.6, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

I - deixar de atender a convocações do agente de contratação, comissão de licitação, comissão especial ou pregoeiro durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, comissão de licitação, comissão especial ou pregoeiro;

III - abandonar o certame;

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

20.11. Considera-se a conduta do inciso IV, alínea “f”, do item 20.2.6 como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

20.12. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

I - retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

II - descontado do valor da garantia prestada;

III - pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal; ou

IV - cobrado judicialmente.

20.13. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; (pena: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;)

II - dar causa à inexecução total do contrato; (pena: impedimento pelo período de até 3 (três) anos;)

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; (pena: impedimento pelo período de até 2(dois) meses;)

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; (pena: impedimento pelo período de até 4 (quatro) meses;)

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; (pena: impedimento pelo período de até 4 (quatro) meses;)

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; (pena: impedimento pelo período de até 1 (um) ano.)

20.14. Considera-se inexecução total do contrato:

I - recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

II - recusa injustificada do contratado em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

20.15. Considera-se a conduta do inciso I do caput como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.

20.16. Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso III do item 20.3, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

execução contratual:

I - Entregar documentação em desconformidade;

II - Entregar documentação parcial;

III - Não apresentar documentação complementar exigida.

20.17. Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de atender a convocações do agente de contratação, comissão de licitação, comissão especial ou pregoeiro durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, comissão de licitação, comissão especial ou pregoeiro;

III - abandonar o certame;

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

20.18. Considera-se a conduta do inciso VI do item 20.3.4 como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

20.19. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo 6 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato: Pena: até 4 anos;

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena: até 6 anos;

III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena: até 6 anos;

IV - Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação: Pena: até 5 anos;

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013: Pena: até 6 anos.

20.20. Considera-se a conduta do inciso II do item 20.3 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos do Município de Açailândia, com exceção da conduta disposta no item 20.2.6, inciso IV, alínea "a".

20.21. A conduta do inciso III refere-se à prática de atos que prejudiquem o bom andamento do certame ou do contrato.

20.22. A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada pelo prazo máximo de 6 anos, nos casos em que a gravidade da infração justificar penalidade mais severa.

20.23. Em relação a essas condutas, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou ato de improbidade administrativa, será dado conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria-Geral do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.

20.24. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do prefeito municipal, e, quando aplicada por autarquia, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade.





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

21. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

21.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data de abertura do certame.

21.1.1. Os pedidos de esclarecimento serão recebidos apenas das pessoas jurídicas que eventualmente possam estar interessadas no certame.

21.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.3. As peças das quais cuida este item, quando de autoria do cidadão, devem ser protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Açailândia ou pelo e-mail disponibilizado no preâmbulo deste edital.

21.4. Caso a Administração entenda ser necessário o adiamento do certame para a análise dos pedidos, esta o fará publicando o aviso pertinente no Portal da Transparência do Município e no Portal de Licitação Eletrônica.

21.5. Respondido o pedido de esclarecimento ou julgado o pedido de impugnação e havendo adiamento, a sessão terá continuidade no dia e data marcada para a sessão adiada.

21.6. Se o julgamento do pedido de impugnação, uma vez deferido, resultar em alteração do edital que amplie a concorrência ou implique na elaboração das propostas de preços, o(a) agente suspenderá a licitação e solicitará a correção do edital, publicando o reaviso de licitação a posteriori, com interregno não inferior a aquele praticado na publicação do primeiro aviso.

21.7. As respostas aos pedidos de esclarecimento serão publicadas no Portal da Transparência do Município para conhecimento dos demais interessados e terão força vinculante.

21.8. Às peças das quais tratam este item será dada publicidade no site oficial do Poder Executivo Municipal.

21.9. Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes com as propostas as falhas ou irregularidades que viciariam esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

21.10. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

22. DOS RECURSOS

22.1. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

22.1.1. recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
d) anulação ou revogação da licitação;
e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração. 22.1.2. pedido de reconsideração, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação, relativamente a ato do qual não caiba recurso hierárquico.

22.2. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas letras “b” e “c”, serão observadas as seguintes disposições:

22.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei Federal nº 14.133/21, da ata de julgamento;

22.2.2. a apreciação dar-se-á em fase única.

22.3. O recurso de que a letra a do item 23.1.1. será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

22.4. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

22.5. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

22.6. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

22.6. Nenhum prazo de recurso, representação ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

23. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

23.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

23.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

23.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

23.1.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

23.1.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. Eventuais modificações no edital implicarão em nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI



procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas ou ampliação da concorrência.

24.2. Quaisquer comunicações entre as licitantes e a Administração, só serão realizados através do sistema LICITANET, cujo endereço está disponibilizado no preâmbulo deste edital.

24.3. Caso no dia marcado para a licitação ocorra fato que decrete feriado, ponto facultativo ou outro que interrompa o expediente da Prefeitura Municipal de Açailândia, a sessão será transferida para o primeiro dia útil imediatamente posterior ao dia agendado para a sessão eletrônica.

24.4. Para a aplicação do formalismo moderado, o agente de contratação considerará as seguintes ocorrências cumulativas para o saneamento dos eventuais defeitos nos documentos e propostas de preços apresentados nesta licitação:

24.4.1. erro meramente formal;

24.4.2. simplicidade para o saneamento e;

24.4.3. não implicação em direito dos demais licitantes.

24.5. Todos os documentos apresentados pelas empresas, quando apreciados pelo agente de contratação serão juntados ao processo administrativo respectivo, não havendo devolução.

24.6. Os documentos de habilitação serão exigidos exclusivamente do licitante vencedor.

24.7. A adjudicação e homologação do presente certame são de competência exclusiva da autoridade superior em casos de interposição de recursos administrativos.

24.8. O foro competente para a resolução de possíveis litígios resultantes da licitação ou do contrato administrativo é a Comarca de Açailândia, estado do Maranhão.

25. DOS ANEXOS

25.1. Constituem anexos deste edital os seguintes documentos e modelos:

Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA;

Anexo II – DECLARAÇÃO DE REGIME TRIBUTÁRIO;

Anexo III – MINUTA DO TERMO DE CONCESSÃO;

Anexo IV – ATESTADO DE VISTORIA;

Anexo V – TERMO DE RECEBIMENTO DO FRIGORÍFICO MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA;

Anexo VI – INVENTÁRIO DOS BENS COM LAUDO FOTOGRÁFICO.

Anexo VII – ANÁLISE DE VIABILIDADE FINANCEIRA;

Açailândia/MA, 08 de junho do 2026.

Udenes Pereira da Silva Rodrigues
Secretário Municipal de Agricultura e Pesca
Portaria 163/2026 - GAB

Rua Benjamim Constante, 393. Jacu – Açailândia/MA. CEP: 65.930-000



Documento assinado eletronicamente por **UDENES PEREIRA DA SILVA RODRIGUES**, Secretário Municipal de Agricultura, em 08/06/2026 13:36:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#). A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://eproc.acailandia.ma.gov.br/validar/>, informando o código verificador: DOC-9500668378391.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

Rua Benjamim Constante, 393. Jacu – Açailândia/MA. CEP: 65.930-000



Documento assinado eletronicamente por **UDENES PEREIRA DA SILVA RODRIGUES**, Secretário Municipal de Agricultura, em 08/06/2026 13:36:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#). A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://eproc.acailandia.ma.gov.br/validar/>, informando o código verificador: DOC-9500668378391.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO E DO VALOR INICIAL PARA LANCE

1.1. Constitui objeto desta Concorrência a seleção da proposta mais vantajosa visando a concessão de uso real da área e instalações do Frigorífico Municipal de Açailândia, gerido pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca.

1.2. O valor estimado para o lance inicial nesta Concorrência é de R\$ 56.923,21 (cinquenta e seis mil novecentos e vinte e três reais e vinte e um centavos), identificado através de Análise de Viabilidade Financeira disponibilizado no Portal da Transparência do Município.

2. DA MODALIDADE E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

2.1. Fica eleita como modalidade para o presente procedimento a CONCORRÊNCIA, na forma eletrônica, tendo por critério de julgamento o maior lance considerando-se porcentagem na forma do inciso II, art. 15 da Lei Federal nº 8.987/95.

2.2. Devido à complexidade do objeto, fica afastada a utilização da modalidade leilão neste certame, como fixado no inciso V, art. 33 da Lei Federal nº 14.133/21.

2.3. A maior oferta será considerada para fixar a remuneração do Município sobre a atividade econômica desenvolvida pelo concessionário em relação ao objeto deste instrumento, compreendendo-se sua incidência sobre o lucro líquido mensal da concessionária aferido através de demonstrativos contábeis (balancetes) e livro diário, a serem disponibilizados mensalmente ao fiscal do contrato.

3. DOS BENEFÍCIOS ÀS ME's/EPP's

3.1. As empresas enquadradas na condição de microempresas ou empresas de pequeno porte, face ao volume do empreendimento, na forma do item 5 da justificativa publicada no Diário Oficial do Município no dia 11 de setembro de 2024, não gozarão dos direitos esculpidos na Lei Complementar nº 123/2006, ficando impedidas de participar do presente certame.

4. DA VIABILIDADE FINANCEIRA

4.1. Para análise da viabilidade financeira do empreendimento, está disponível no Portal da Transparência do Município, no link https://acailandia.ma.gov.br/transparencia/licitacao/CONCORRENCIA_2270, estudo realizado para a identificação de todas as características necessárias para o desenvolvimento da atividade pelo eventual concessionário.

4.2. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações/local do Frigorífico Municipal de Açailândia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 14 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail: agricultura@acailandia.gov.br.





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

4.2.1. Os pedidos de agendamento só serão aceitos quando qualificada a interessada, devendo ser anexado ao e-mail:

- a) requerimento de vistoria técnica com a devida qualificação da interessada, em papel timbrado e assinado por seu responsável legal e,
- b) cópia do contrato social ou documento congênere, devidamente consolidado ou acompanhado do ato constitutivo e de todas as suas alterações e
- c) comprovante de inscrição da pessoa jurídica junto a Receita Federal do Brasil.

4.3. O prazo para vistoria iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o último dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão eletrônica.

4.4. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria ou, no caso do sócio, contrato social.

4.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes do local e das instalações, devendo a licitante vencedora assumir os ônus de todas as possíveis despesas de reforma e adequação.

4.6. A Administração entregará a licitante que realizar a visita, atestado de vistoria.

4.7. Caso a licitante opte por não realizar a vistoria, será entendida a ausência como renúncia tácita, sendo aplicada a norma do subitem 4.5. deste instrumento.

4.8. A vistoria técnica não constitui requisito de habilitação.

4.9. É vedada a visita técnica por mais de uma interessada no mesmo dia e horário.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. As propostas de preços deverão ser apresentadas em uma única via, sem propostas alternativas, inseridas no campo próprio da plataforma de licitação eletrônica (LICITANET), sem qualquer meio que torne possível sua identificação pelo(a) agente de contratação ou pelos demais concorrentes.

5.2. Os valores da proposta de preços deverão ser expressos em porcentagem, com no máximo uma casa decima (0,0%).

5.3. Serão desclassificadas as propostas que:

- 5.3.1. contiverem vícios insanáveis;
- 5.3.2. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas do edital e anexos;
- 5.3.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem abaixo do fixado para a contratação;
- 5.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.3.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável;
- 5.3.6. A verificação da conformidade das propostas será feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada;





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI



5.4. No procedimento em concorrência, será considerada como proposta inicial aquela inserida no sistema de licitação eletrônica (LICITANET).

5.5. O(a) agente poderá suspender a sessão para a conclusão da análise da proposta de preços.

5.6. Encerradas todas as fazes, o(a) agente convocará a vencedora a apresentar a proposta final realinhada, podendo o vencedor se utilizar da proposta final gerada pelo sistema LICITANET, desde que assinada no mesmo.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. São exigências para habilitação jurídica, devidamente regulamentada pela legislação vigente, em especial às luzes da Lei nº 14.133/21 e ulteriores alterações, a seguinte documentação:

- a) cópia do contrato social ou documento congênere, devidamente consolidado ou acompanhado do ato constitutivo e de todas as suas alterações e,
- b) cópia dos documentos de identificação com foto de todos os sócios conforme o caso, ou do empresário individual, ou pessoa jurídica afim.

6.2. Para comprovação da qualificação técnica, a licitante deverá comprovar que exerce a atividade objeto desta concorrência **de no mínimo 03 (três) anos de experiência comprovada na atividade de abate de bovinos**, bem como:

6.2.1. comprovar ter em seu quadro de funcionários, profissional na condição de responsável técnico (Médico Veterinário ou outro profissional devidamente competente) registrado no órgão de classe respectivo.

6.3. Para regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991.
- d) Prova de regularidade com a **Fazenda Pública Estadual** do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação da:
 - d.1) Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa;
 - d.2) Certidão Negativa, ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa, quanto à Dívida Ativa.
 - d.3) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI



declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

e) Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal**, através de:

e.1) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Fiscais;

e.2) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa.

e.3) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

e.4) Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de débitos trabalhistas – CNDT.

6.4. A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante a apresentação do balanço patrimonial já exigível na forma do art. 1.078 do Código Civil, devidamente registrado no órgão competente para tanto, referente ao último exercício social, compostos pelo balanço, demonstração do resultado do exercício e demais demonstrações contábeis.

6.4.1. Para a aferição da saúde financeira da licitante, esta deverá comprovar os seguintes índices contábeis:

- Índice de Liquidez Geral (ILG) igual o superior a 01;

- Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual o superior a 01, e

- Índice de Endividamento Total (IET) (substituído também pelo ISG – Índice de Solvência Geral), igual ou inferior a 1.

6.4.2. Os licitantes poderão utilizar as seguintes fórmulas:

Liquidez Geral

$$\frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{ATIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

Liquidez Corrente

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Solvência Geral

$$\frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

6.4.3. Os índices contábeis serão analisados sob o balanço patrimonial apresentado pela licitante.

6.5. Deverá ainda apresentar certidão negativa de falência e recuperação judicial exarada pela distribuição judicial a qual a licitante esteja jurisdicionada.





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

6.5.1. Caso a licitante encontra-se em recuperação judicial, deverá apresentar a certidão respectiva acompanhada da sentença judicial que homologou o processo de recobra junto aos documentos de habilitação.

6.6. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou de certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

6.7. A empresa deverá comprovar capital mínimo de R\$ 1.138.464,26 (um milhão cento e trinta e oito mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e vinte e seis centavos) que corresponde a 10% do cenário fixado no 4.1 da Análise de Viabilidade Financeira disponível no endereço: https://acailandia.ma.gov.br/transparencia/licitacao/CONCORRENCIA_2270.

6.8. A Concessionária deverá comprovar investimento anual mínimo de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

6.8.1. A comprovação deverá ser feita através de Declaração de Concorância/Anuência com o valor mínimo de investimento.

6.9. Vencido o horário de início da sessão, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, na forma do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/21 ou mediante as convocações regulares na forma da lei e deste edital.

6.10. A documentação referida neste item poderá ser:

- a) apresentada em original, por cópia simples ou por qualquer outro meio expressamente admitido pela Administração;
- b) substituída por registro Certificado de Registro Cadastral junto ao Município de Açailândia;

6.11. Havendo dúvida acerca da autenticidade dos documentos apresentados por cópia simples, a administração solicitará a apresentação do original para confronto o que deverá ser efetivado em até dois dias úteis após a citação ou lavratura da ata da sessão eletrônica.

6.12. A ausência ou incongruência insanável de qualquer um dos documentos elencados neste dispositivo ensejarão na inabilitação da licitante.

6.13. Os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante declarado vencedor e deverão ser inseridos no sistema em até duas horas após a convocação do(a) agente de contratação via chat.

6.14. Os documentos de habilitação terão sua vigência analisada conforme a data de abertura do certame.

6.15. Caso dos documentos não conste o prazo de validade fixado pelo emissor, será considerado pela administração a validade de 60 (sessenta) dias.

7. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONCESSÃO

7.1. O prazo de vigência da concessão será de 20 (vinte) anos de forma improrrogável, contados após a publicação do Termo de contrato de Concessão.





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI



7.2. O prazo poderá ser interrompido nos casos de intervenção e ou extinção da concessão.

8. DOS TERMOS DA CONCESSÃO

8.1. A concessão que se almeja seguirá os seguintes termos:

8.1.1. a concessionária será responsável por todas as despesas de manutenção, operacionais, extra operacionais, de investimentos e melhorias no Frigorífico Municipal, compreendendo a área instalada e a área externa, incluído a área de currais.

8.1.1. todas as despesas decorrentes de impostos, taxas, licenças, selos de inspeção, enfim, todas as obrigações com o Estado, nos âmbitos federal, estadual e municipal, ficarão a cargo da concessionária.

8.2. Os bens reversíveis estão descritos na Análise de Viabilidade Financeira disponível no Portal da Transparência do Município e seguirão o que determina a lei.

8.3. Benefícios, ampliações, melhorias de toda ordem, serão agregados ao bem e revertidos ao Município quando for o caso, acompanhados de relatório pormenorizado da situação do empreendimento à época, instruído com fotografias e assinado pelas partes interessadas.

9. DA FORMA DE PAGAMENTO

9.1. A Concessionária fará o repasse dos valores pecuniários provenientes da concessão da seguinte forma:

9.1.1. até o décimo dia posterior ao fechamento do mês de atividade comercial, a Concessionária encaminhará relatório de faturamento ao órgão concedente, aos cuidados do fiscal do designado pela administração, acompanhado de balancete, do qual deverão constar todas as receitas e despesas, bem como o faturamento bruto, faturamento líquido, prejuízos e lucro;

9.1.2. o fiscal do órgão concedente encaminhará a documentação à Controladoria Geral do Município, que promoverá sua análise contábil assessorada pela Contadoria Geral do Município de pela Superintendência de Tributos Municipais;

9.1.2.1. a análise referida deverá ser concluída em até cinco dias úteis contados do recebimento dos documentos elencados no subitem 9.1.1.

9.1.3. analisada a documentação e sendo aprovada conjuntamente pelo fiscal designado, pelo Controlador Geral do Município e pelo Contador Geral do Município, será determinado o valor a ser pago dentro da competência mensal, considerando-se o percentual ofertado pela Concessionária no processo licitatório pertinente;

9.1.4. o valor determinado será fixado em termo de aprovação emitido pelos agentes descritos no subitem 9.1.3., e devolvido a Concessionária, que deverá no prazo máximo de três dias úteis promover o recolhimento do valor em moeda nacional (R\$), através de Documento Municipal de Arrecadação.

9.2. No caso de incongruências ou dúvidas acerca dos documentos apresentados pela Concessionária conforme determina o subitem 9.1.1., o órgão concessor poderá





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

determinar auditoria nas contas desta, afim de aferir a veracidade dos fatos financeiros e contábeis.

9.3. A auditoria citada será realizada pelo órgão de controle interno do município, acompanhado dos agentes que julgar necessário.

9.4. Fundamentado em documento que será juntado ao processo de auditoria, o órgão concessor poderá fazer inspeção a Concessionária sem aviso prévio, tendo acesso a todos os documentos e instalações que julgar necessários para a concretização da auditoria.

9.5. Após a auditoria, em caso de identificação de fato que comprovadamente incida em mero erro *bona fide*, os valores serão corrigidos, bem como os relatório e balancetes, com a correção dos valores em real (R\$) e registro de advertência à Concessionária.

9.6. Caso, após a auditoria, se identifique fato que comprovadamente incida em má-fé, fraude, ou outro ato ilícito, administração tomará as providências legais, incluído, se for o caso, a intervenção ou extinção da concessão, com aplicação de multas e sanções administrativas, preservadas as ações penais e civis cabíveis, com notificação dos órgãos fiscais, Ministério Público e Tribunal de Contas.

9.7. Independentemente do que dispõe o subitem 9.2., o órgão concessor realizará anualmente, com o devido assessoramento, auditoria junto a escrituração da Concessionária, adotando como data base para o feito aquela fixada no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro.

9.8. O valor a ser percebido pelo órgão concessor será variável de acordo com a receita líquida mensal da concessionária, sendo fixo o percentual ofertado pela mesma, não sendo cabível a exposição neste caso de fórmulas de reajuste.

9.9. O primeiro pagamento será realizado imediatamente na forma deste item após o primeiro mês de efetiva atividade da concessionária no procedimento em orientação.

9.10. Visando a segurança jurídica e proteção do interesse público, a concessionária pagará pelo aluguel uma porcentagem sobre o lucro líquido, sendo que o referido valor mensal não poderá ser inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

10. DA FORMALIZAÇÃO DA CONCESSÃO

10.1. A relação entre o órgão concessor e a concessionária se dará através da celebração de termo de contrato de concessão de uso real de bem público, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado do Maranhão, no Diário Oficial do Município, no Portal da Transparência do Município e no Painel Nacional de Contratações Públicas, como condição de eficácia.

10.2. Como condição preliminar para a assinatura do termo de contrato, a Administração convocará a vencedora do certame para, no prazo máximo de cinco dias úteis, realizar visita técnica às instalações e área externa do Frigorífico Municipal de Açailândia, bem como vistoria aos equipamentos e afins, da qual se lavrará relatório de vistoria com o relato pormenorizado da realidade do empreendimento,





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

instruído com fotos e assinado por comissão de servidores designados para o ato e pelos representantes da adjudicatária.

10.2.1. a comissão de que se cuida este item, no total de três membros, será designada pela Administração em ato próprio publicado no Diário Oficial do Município e será preferencialmente presidida por engenheiro avaliador do quadro de servidores do município.

10.2.2. o relatório em questão será acostado aos autos e passará a integrar o termo de contrato de concessão como anexo.

10.2. Para a assinatura do termo de concessão a administração convocará a adjudicatária deste certame a, no prazo de cinco dias úteis, comparecer ao órgão indicado a fim de firmar o instrumento, podendo este prazo ser prorrogada uma única vez mediante justificativa apresentada pela adjudicatária e aceita pela administração.

10.3. No ato da assinatura do termo de concessão, a adjudicatária deverá apresentar as certidões negativas relativas à regularidade fiscal, social e trabalhista exigidas para habilitação neste certame acompanhadas da declaração de tributação na forma do ANEXO II deste edital., sob penas da não celebração do termo.

10.4. Após a publicação do extrato do termo de concessão na imprensa oficial, a CONCESSIONÁRIA assinará termo de recebimento do empreendimento dando conta de conhecimento do mesmo e aceitação das condições no qual se encontra.

10.4. A não celebração do termo no tempo regular ou naquele eventualmente prorrogado ensejará na decadência do direito de contratar e na aplicação das sanções previstas no item 17 deste termo.

10.5. Diante ao não comparecimento da primeira colocada para assinatura do termo de contrato, a administração convocará as demais classificadas na ordem de classificação para atos de continuidade da seleção serão motivados e publicados até que se chegue a um concorrente que cumpra a obrigação assumida.

11. DA INTERVENÇÃO

11.1. O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

11.2. A intervenção far-se-á por decreto do poder concedente, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

11.3. Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

11.3.1. Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização.

11.3.2. O procedimento administrativo a que se refere o caput deste artigo deverá ser concluído no prazo de até cento e oitenta dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção.





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

11.4. Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

12. DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

12.1. A extinção da concessão objeto desta Concorrência dar-se-á nos seguintes termos:

- 12.1.1. advento do termo contratual;
- 12.1.2. encampação;
- 12.1.3. caducidade;
- 12.1.4. rescisão;
- 12.1.5. anulação; e
- 12.1.6. falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

13. DA SUBCONCESSÃO

13.1. Não será admitida subconcessão do objeto deste procedimento.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato e não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

15.1. Promover as atividades concessórias em estrita observância as especificações do edital licitação e seus anexos, em particular do Termo de Referência e da proposta com ética e probidade.

15.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço e dos materiais fornecidos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

15.3. Garantir o acesso do órgão concessor ou de quem oficialmente designar, às instalações e documentos de ordem financeira e contábil da concessionária direcionada ao objeto deste procedimento.

15.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

15.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias que anteceda a data de possíveis interrupções na atividade objeto desta concessão, com a devida justificativa.

15.5.1. Em caso fortuito ou imprevisível que gere a interrupção, comunicar imediatamente ao fiscal designado pelo órgão concessor do fato e das implicações primárias deste.

15.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

obrigações assumidas no ato de concessão, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nos casos de serviços acessórios a atividade objeto da concessão em tela.

15.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da concessão.

15.8. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor designado pela com cedente para acompanhar a execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados e atendendo as reclamações formuladas.

15.9. Indicar preposto devidamente capacitado para atuar junto ao fiscal designado pelo concessor.

15.10. Manter durante toda o tempo de vigência do termo de concessão, as condições primárias de habilitação.

15.11. Efetuar o(s) pagamento(s) fruto do objeto da concessão ao órgão concessor de acordo com as condições de percentual e prazo(s) estabelecidos no termo de referência e no edital

15.12. Comprovar mensalmente ao órgão concedente o recolhimento dos valores referentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e das contribuições previdências dos seus funcionários, incluindo a parte patronal.

15.13. A Concessionária terá o prazo improrrogável de 90 (noventa) dias para implementar os serviços junto ao Frigorífico, sob pena de multa mensal de R\$ 113.846,12 (cento e treze mil oitocentos e quarenta e seis reais e doze centavos) que corresponde a 1% do cenário fixado no item 4.1 da Análise de Viabilidade Financeira disponível no endereço:

https://acailandia.ma.gov.br/transparencia/licitacao/CONCORRENCIA_2270 e perda da concessão, convocando, assim, o segundo classificado.

15.14. No prazo de 06 (seis) meses, a Concessionária se compromete a gerar, no mínimo, 60 (sessenta) postos de trabalhos diretos com a referida concessão, sob pena de multa mensal de R\$ 113.846,12 (cento e treze mil oitocentos e quarenta e seis reais e doze centavos), que corresponde a 1% do cenário fixado no item 4.1 da Análise de Viabilidade Financeira disponível no endereço: https://acailandia.ma.gov.br/transparencia/licitacao/CONCORRENCIA_2270 e perda da concessão.

15.15. Em caso de abatimentos para distribuição e consumo no município de Açailândia, cobrar dos usuários a taxa de 18% em relação ao VRM local - R\$ 466,69 (quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e nove centavos) vigente a época para a realização de cada abate e, em caso, do abatimento ser para distribuição e consumo fora da circunscrição do Município de Açailândia, o valor da taxa será de 36% em relação ao VRM vigente a época para a realização de cada abate.

15.16. Os resíduos da graxaria, resíduos de couro verde, os subprodutos (coração, fígado, couro, tripa, bucho, chifre, rabo, pé, miúdos em geral, etc.), após o abate serão de propriedade da concessionária e comercializados pela própria concessionária.

15.17. A Concessionária deverá comprovar investimento anual de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

15.17.1. A comprovação deverá ser feita através de Declaração de Concorância/Anuência com o valor mínimo de investimento.





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

15.8. A adjudicatária, no ato da assinatura do termo de contrato, deverá ainda apresentar garantia contratual no valor de 5% (cinco por cento) da receita total anual pontuada no item 4.1 da Análise de Viabilidade Financeira R\$ 11.384.642,68 (onze milhões trezentos e oitenta e quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e sessenta e oito centavos) disponível no endereço: www.acailandia.ma.gov.br.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO CONCESSOR

16.1. Acompanhar e fiscalizar as atividades da concessionária.

16.2. Designar servidores para acompanhar e fiscalizar o objeto desta concessão nos termos do edital.

16.3. Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente edital e tudo o mais que se relacione com a futura execução contratual, desde que não acarrete ônus ao órgão gerenciador e participantes ou modificação das obrigações.

16.4. Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto a ser contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.5. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital de licitação respectivo, promovendo, quando for o caso, a intervenção no empreendimento em uso bem como promovendo a extinção da concessão quando caracterizada alguma das condições previstas no item 12 deste termo.

17. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Aos contratados que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a Administração Pública Municipal, e aos licitantes que cometam atos visando frustrar os objetivos da licitação, após o devido processo legal e segundo a sua natureza, a gravidade da falta e a relevância do interesse público atingido, respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, serão aplicadas as sanções previstas no DECRETO MUNICIPAL N° 128, DE 18 DE JULHO DE 2025, conforme segue:

17.2. Os licitantes ou contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas ficarão sujeitos às penalidades descritas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:

I - advertência;

II - multa;

a) Compensatória;

b) de mora.

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

17.3. A aplicação da multa de mora não impedirá a Administração de convertê-la em multa compensatória, nem de promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulativa de outras sanções previstas neste Decreto.

17.4. As sanções previstas nos subitens I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem II, alínea "a", do item 17.2.

17.5. Na aplicação das penalidades devem ser consideradas as circunstâncias previstas no § 1º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

17.6. As sanções administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme disposto na legislação aplicável, no instrumento convocatório ou equivalente ou no instrumento contratual, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa para cada penalidade.

17.7. A sanção de advertência é instrumento de diálogo e correção de conduta, consistindo em comunicação formal ao licitante ou contratado, e será aplicada nas seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais severa:

I - Descumprimento de pequena relevância de obrigação legal ou infração à lei, como atraso na entrega de produtos, serviços ou etapas de obras, independentemente da aplicação de multa;

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração Pública, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

17.8. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável pelas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo calculada conforme o edital ou contrato, respeitados os limites de mínimo 0,5% e máximo 30% do valor contratado, segundo os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) Deixar de entregar documentação exigida no certame;
- b) Não celebrar contrato ou não apresentar documentação exigida após convocação dentro do prazo de validade da proposta;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcial do contrato;

IV - 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) dar causa à inexecução parcial do contrato parcela do objeto não executada, em caso de inexecução que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

17.9. Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação.





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

17.10. Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso I, alínea “a”, item 17.2.6, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de atender a convocações do agente de contratação, comissão de licitação, comissão especial ou pregoeiro durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento

convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, comissão de licitação, comissão especial ou pregoeiro;

III - abandonar o certame;

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

17.11. Considera-se a conduta do inciso IV, alínea “f”, do item 17.2.6 como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

17.12. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

I - retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

II - descontado do valor da garantia prestada;

III - pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal; ou

IV - cobrado judicialmente.

17.13. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; (pena: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;)

II - dar causa à inexecução total do contrato; (pena: impedimento pelo período de até 3 (três) anos;)

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; (pena: impedimento pelo período de até 2(dois) meses;)

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; (pena: impedimento pelo período de até 4 (quatro) meses;)

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; (pena: impedimento pelo período de até 4 (quatro) meses;)

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; (pena: impedimento pelo período de até 1 (um) ano.)

17.14. Considera-se inexecução total do contrato:

I - recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI



II - recusa injustificada do contratado em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

17.15. Considera-se a conduta do inciso I do caput como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.

17.16. Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso III do item 17.3, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - Entregar documentação em desconformidade;

II - Entregar documentação parcial;

III - Não apresentar documentação complementar exigida.

17.17. Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de atender a convocações do agente de contratação, comissão de licitação, comissão especial ou pregoeiro durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, comissão de licitação, comissão especial ou pregoeiro;

III - abandonar o certame;

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

17.18. Considera-se a conduta do inciso VI do item 17.3.4 como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

17.19. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo 6 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato: Pena: até 4 anos;

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena: até 6 anos;

III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena: até 6 anos;

IV - Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação: Pena: até 5 anos;

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013: Pena: até 6 anos.

17.20. Considera-se a conduta do inciso II do item 17.3 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos do Município de Açailândia, com exceção da conduta disposta no item 17.2.6, inciso IV, alínea "a".

17.21. A conduta do inciso III refere-se à prática de atos que prejudiquem o bom andamento do certame ou do contrato.

17.22. A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada pelo prazo máximo de 6 anos, nos casos em que a gravidade da infração justificar penalidade mais severa.

17.23. Em relação a essas condutas, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou ato de improbidade administrativa, será dado





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria-Geral do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.

17.24. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do prefeito municipal, e, quando aplicada por autarquia, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade.

18. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

18.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

- 18.1.1. determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- 18.1.2. revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- 18.1.3. proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- 18.1.4. adjudicar o objeto e homologar a licitação.

19. DA FISCALIZAÇÃO

19.1. A fiscalização da Concessão e seu termo ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca que indicará servidor competente para agir como fiscal do referido termo de concessão.





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI



ANEXO II – DECLARAÇÃO DE REGIME TRIBUTÁRIO

DECLARAÇÃO DE REGIME TRIBUTÁRIO

A empresa _____, CNPJ.: _____, localizada na _____, declara para os devidos fins de comprovação de e exigência junto a Concorrência Eletrônica nº ____/2025, que é optante do seguinte regime tributário:

- ☐ lucro presumido
☐ lucro real

Declaro que a informação é fiel, sob as penas da aplicação do art. 299 do Código Penal Brasileiro.

_____, ____ de _____ de _____

Assinatura do responsável legal
Cargo

A presente declaração será solicitada da concorrente vencedora do certame apenas quando da assinatura do termo de contrato e terá como objetivo exclusivo orientar os cálculos referentes ao valor devido ao município em função da tributação da concessionária.

Rua Benjamim Constante, 393. Jacu – Açailândia/MA. CEP: 65.930-000



Documento assinado eletronicamente por **UDENES PEREIRA DA SILVA RODRIGUES**, Secretário Municipal de Agricultura, em 08/06/2026 13:36:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#). A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://eproc.acailandia.ma.gov.br/validar/>, informando o código verificador: DOC-9500668378391.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI



ANEXO III - MINUTA DO TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO

TERMO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO REAL nº _____

Termo de contrato de concessão de uso que entre si celebram o Município de Açailândia/MA, através da Secretaria Municipal de _____ e a empresa _____.

CONTRATANTE: Município de Açailândia, estado do Maranhão, através da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, CNPJ.: _____, localizada na _____, Açailândia/MA, neste ato representada pelo secretário ordenador da despesa, Sr. _____, portador do RG.: _____, doravante denominado CONCESSOR.

CONTRATADO: A empresa _____, CNPJ.: _____, localizada na _____, município de _____/MA, neste ato representada pelo (a) Sr. (a) _____, sócio/proprietário/representante, portador do RG.: _____, doravante denominada CONCESSIONÁRIA.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. Constitui objeto deste instrumento a concessão de uso real da área e instalações do Frigorífico Municipal de Açailândia, na forma do Edital de Licitação e seus anexos.
- 1.2. Constitui parte deste instrumento a proposta de preços vencedora do certame e constante dos autos do Processo Administrativo nº ____/____.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA REMUNERAÇÃO DA CONCEDENTE

- 2.1. A Concedente perceberá a título de compensação pela concessão de uso de real do Frigorífico Municipal de Açailândia 0,0% (...) da receita líquida mensal obtida pela CONCESSIONÁRIA face a atividade exercida por meio do objeto deste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

- 3.1. Este termo contrato é regido pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/21, Lei Federal nº 8.987/95, do Decreto Municipal nº 204/2021, bem como dos princípios constitucionais, civis e penais aplicáveis a matéria, no Edital da Concorrência Eletrônica nº ____/2026 e nos termos e propostas do vencedor juntadas ao Processo nº ____/2026.

4. CLÁUSULA QUARTA – DAS ALTERAÇÕES CONVENCIONADAS

- 4.1. As alterações no instrumento de avença quanto a sua vigência atenderão as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.2. Aquelas alterações que não versem sobre vigência contratual observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Rua Benjamim Constante, 393. Jacu – Açailândia/MA. CEP: 65.930-000



Documento assinado eletronicamente por **UDENES PEREIRA DA SILVA RODRIGUES**, Secretário Municipal de Agricultura, em 08/06/2026 13:36:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#). A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://eproc.acailandia.ma.gov.br/validar/>, informando o código verificador: DOC-9500668378391.



5. CLÁUSULA QUINTA – DA INTERVENÇÃO

5.1. O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

5.2. A intervenção far-se-á por decreto do poder concedente, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção e os objetivos e limites da medida.

5.3. Declarada a intervenção, o poder concedente deverá, no prazo de trinta dias, instaurar procedimento administrativo para comprovar as causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

5.3.1. Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, devendo o serviço ser imediatamente devolvido à concessionária, sem prejuízo de seu direito à indenização.

5.3.2. O procedimento administrativo a que se refere o caput deste artigo deverá ser concluído no prazo de até cento e oitenta dias, sob pena de considerar-se inválida a intervenção.

5.4. Cessada a intervenção, se não for extinta a concessão, a administração do serviço será devolvida à concessionária, precedida de prestação de contas pelo interventor, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

6.1. A execução deste termo será de forma indireta, por meio de concessão pública, seguindo o que está determinado no Termo de Referência, Anexo I do edital da Concorrência Eletrônico nº ____/2026.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA EXTINÇÃO

7.1. O prazo de vigência deste instrumento é de 20 (vinte) anos de forma improrrogável.

7.2. A extinção da concessão objeto deste contrato dar-se-á nos seguintes termos:

7.1.1. advento do termo contratual;

7.1.2. encampação;

7.1.3. caducidade;

7.1.4. rescisão;

7.1.5. anulação; e

7.1.6. falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

7.1.7. No caso de extinção da concessão, os bens, benefícios, ampliações, melhorias de toda ordem, serão agregados ao bem e revertidos ao Município quando for o caso, acompanhados de relatório pormenorizado da situação do empreendimento à época, instruído com fotografias e assinado pelas partes interessadas.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI



2.1.1. 8.1. Não será permitida a subcontratação deste objeto.

9. CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato e não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA FORMA DE PAGAMENTO

10.1. A Concessionária fará o repasse dos valores pecuniários provenientes da concessão da seguinte forma:

10.1.1. até o décimo dia posterior ao fechamento do mês de atividade comercial, a Concessionária encaminhará relatório de faturamento ao órgão concedente, aos cuidados do fiscal do designado pela administração, acompanhado de balancete, do qual deverão constar todas as receitas e despesas, bem como o faturamento bruto, faturamento líquido, prejuízos e lucro;

10.1.2. o fiscal do órgão concedente encaminhará a documentação à Controladoria Geral do Município, que promoverá sua análise contábil assessorada pela Contadoria Geral do Município de pela Superintendência de Tributos Municipais;

10.1.2.1. a análise referida deverá ser concluída em até cinco dias úteis contados do recebimento dos documentos elencados no subitem 10.1.1.

10.1.3. analisada a documentação e esta aprovada conjuntamente pelo fiscal designado, pelo Controlador Geral do Município e pelo Contador Geral do Município, será determinado o valor a ser pago dentro da competência mensal, considerando-se o percentual ofertado pela Concessionária no processo licitatório pertinente;

10.1.4. o valor determinado será fixado em termo de aprovação emitido pelos agentes descritos no subitem 10.1.3., e devolvido a Concessionária, que deverá no prazo máximo de três dias úteis promover o recolhimento do valor em moeda nacional (R\$), através de Documento Municipal de Arrecadação.

10.2. No caso de incongruências ou dúvidas acerca dos documentos apresentados pela Concessionária conforme determina o subitem 10.1.1., o órgão concessor poderá determinar auditoria nas contas desta, afim de aferir a veracidade dos fatos financeiros e contábeis.

10.3. A auditoria citada será realizada pelo órgão de controle interno do município, acompanhado dos agentes que julgar necessário.

10.4. Fundamentado em documento que será juntado ao processo de auditoria, o órgão concessor poderá fazer inspeção a Concessionária sem aviso prévio, tendo acesso a todos os documentos e instalações que julgar necessários para a concretização da auditoria.

10.5. Após a auditoria, em caso de identificação de fato que comprovadamente incida em mero erro *bona fide*, os valores serão corrigidos, bem como os relatório e





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

balancetes, com a correção dos valores em real (R\$) e registro de advertência à Concessionária.

10.6. Caso, após a auditoria, se identifique fato que comprovadamente incida em má-fé, fraude, ou outro ato ilícito, administração tomará as providências legais, incluído, se for o caso, a intervenção ou extinção da concessão, com aplicação de multas e sanções administrativas, preservadas as ações penais e civis cabíveis, com notificação dos órgãos fiscais, Ministério Público e Tribunal de Contas.

10.7. Independentemente do que dispõe o subitem 10.2., o órgão concessor realizará anualmente, com o devido assessoramento, auditoria junto a escrituração da Concessionária, adotando como data base para o feito aquela fixada no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro.

10.8. O valor a ser percebido pelo órgão concessor será variável de acordo com a receita líquida mensal da concessionária, sendo fixo o percentual ofertado pela mesma, não sendo cabível a exposição neste caso de fórmulas de reajuste.

10.9. O primeiro pagamento será realizado imediatamente na forma deste item após o primeiro mês de efetiva atividade da concessionária no procedimento em orientação.

10.10. Visando a segurança jurídica e proteção do interesse público, a concessionária pagará pelo aluguel uma porcentagem sobre o lucro líquido, sendo que o referido valor mensal não poderá ser inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

11. CLÁUSULA ONZE - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

11.1. Promover as atividades concessórias em estrita observância às especificações do edital licitação e seus anexos, em particular do Termo de Referência e da proposta com ética e probidade.

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do serviço e dos materiais fornecidos, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

11.3. Garantir o acesso do órgão concessor ou de quem oficialmente designar, às instalações e documentos de ordem financeira e contábil da concessionária direcionada ao objeto deste procedimento.

11.4. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação.

11.5. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias que anteceda a data de possíveis interrupções na atividade objeto desta concessão, com a devida justificativa.

11.5.1. em caso fortuito ou imprevisível que gere a interrupção, comunicar imediatamente ao fiscal designado pelo órgão concessor do fato e das implicações primárias deste.

11.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas no ato de concessão, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nos casos de serviços acessórios a atividade objeto da concessão em tela.

11.7. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da concessão.





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

11.8. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor designado pela com cedente para acompanhar a execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados e atendendo as reclamações formuladas.

11.9. Indicar preposto devidamente capacitado para atuar junto ao fiscal designado pelo concessor.

11.10. Manter durante toda o tempo de vigência do termo de concessão, as condições primárias de habilitação.

11.11. Efetuar o(s) pagamento(s) fruto do objeto da concessão ao órgão concessor de acordo com as condições de percentual e prazo(s) estabelecidos no termo de referência e no edital

11.12. Comprovar mensalmente ao órgão concedente o recolhimento dos valores referentes ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e das contribuições previdências dos seus funcionários, incluindo a parte patronal.

11.13. A Concessionária terá o prazo improrrogável de 90 (noventa) dias para implementar os serviços junto ao Frigorífico, sob pena de multa mensal de R\$ 113.846,12 (cento e treze mil oitocentos e quarenta e seis reais e doze centavos) que corresponde a 1% do cenário fixado no item 4.1 da Análise de Viabilidade Financeira disponível no endereço:

https://acailandia.ma.gov.br/transparencia/licitacao/CONCORRENCIA_2270 e perda da concessão, convocando, assim, o segundo classificado.

11.14. No prazo de 06 (seis) meses, a Concessionária se compromete a gerar, no mínimo, 60 (sessenta) postos de trabalhos diretos com a referida concessão, sob pena de multa mensal de R\$ 113.846,12 (cento e treze mil oitocentos e quarenta e seis reais e doze centavos), que corresponde a 1% do cenário fixado no item 4.1 da Análise de Viabilidade Financeira disponível no endereço: https://acailandia.ma.gov.br/transparencia/licitacao/CONCORRENCIA_2270 e perda da concessão.

11.15. Em caso de abatimentos para distribuição e consumo no município de Açailândia, cobrar dos usuários a taxa de 18% em relação ao VRM local - R\$ 466,69 (quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e nove centavos) vigente a época para a realização de cada abate e, em caso, do abatimento ser para distribuição e consumo fora da circunscrição do Município de Açailândia, o valor da taxa será de 36% em relação ao VRM vigente a época para a realização de cada abate.

11.16. Os resíduos da graxaria, resíduos de couro verde, os subprodutos (coração, fígado, couro, tripa, bucho, chifre, rabo, pé, miúdos em geral), após o abate serão de propriedade da concessionária e comercializados pela própria concessionária.

11.17. A Concessionária deverá comprovar investimento anual de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

11.17.1. A comprovação deverá ser feita através de Declaração de Concorância/Anuência com o valor mínimo de investimento.

11.8. A adjudicatária, no ato da assinatura do termo de contrato, deverá ainda apresentar garantia contratual no valor de 5% (cinco por cento) da receita total anual pontuada no item 4.1 da Análise de Viabilidade Financeira R\$ 11.384.642,68 (onze milhões trezentos e oitenta e quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e sessenta e oito centavos) disponível no endereço: www.acailandia.ma.gov.br.





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

12. CLÁUSULA DOZE - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO CONCESSOR

- 12.1. Acompanhar e fiscalizar as atividades da concessionária.
- 12.2. Designar servidores para acompanhar e fiscalizar o objeto desta concessão nos termos do edital.
- 12.3. Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no presente edital e tudo o mais que se relacione com a futura execução contratual, desde que não acarrete ônus ao órgão gerenciador e participantes ou modificação das obrigações.
- 12.4. Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto a ser contratado, de forma que sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 12.5. Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no edital de licitação respectivo, promovendo, quando for o caso, a intervenção no empreendimento em uso bem como promovendo a extinção da concessão quando caracterizada alguma das condições previstas na cláusula sétima deste instrumento.

13. CLÁUSULA TREZE - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 13.1. Aos contratados que descumprirem total ou parcialmente os contratos celebrados com a Administração Pública Municipal, e aos licitantes que cometam atos visando frustrar os objetivos da licitação, após o devido processo legal e segundo a sua natureza, a gravidade da falta e a relevância do interesse público atingido, respeitados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, serão aplicadas as sanções previstas no DECRETO MUNICIPAL N° 128, DE 18 DE JULHO DE 2025, conforme segue:
- 13.2. Os licitantes ou contratados que descumprirem total ou parcialmente as normas ficarão sujeitos às penalidades descritas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, quais sejam:
 - I - advertência;
 - II - multa;
 - a) Compensatória;
 - b) de mora.
 - III - impedimento de licitar e contratar;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.3. A aplicação da multa de mora não impedirá a Administração de convertê-la em multa compensatória, nem de promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulativa de outras sanções previstas neste Decreto.
- 13.4. As sanções previstas nos subitens I, III e IV poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no subitem II, alínea "a", do item 13.2.
- 13.5. Na aplicação das penalidades devem ser consideradas as circunstâncias previstas no § 1º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 13.6. As sanções administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente, conforme disposto na legislação aplicável, no instrumento convocatório ou equivalente ou no instrumento contratual, assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa para cada penalidade.
- 13.7. A sanção de advertência é instrumento de diálogo e correção de conduta, consistindo em comunicação formal ao licitante ou contratado, e será aplicada nas





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI



seguintes hipóteses, quando não se justificar a imposição de penalidade mais severa:
I - Descumprimento de pequena relevância de obrigação legal ou infração à lei, como atraso na entrega de produtos, serviços ou etapas de obras, independentemente da aplicação de multa;

II - Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração Pública, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.

13.8. A sanção de multa compensatória será aplicada ao responsável pelas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo calculada conforme o edital ou contrato, respeitados os limites de mínimo 0,5% e máximo 30% do valor contratado, segundo os seguintes parâmetros:

I - de 0,5% (cinco décimos por cento) a 1% (um por cento) do valor contratado, para aquele que:

- a) Deixar de entregar documentação exigida no certame;
- b) Não celebrar contrato ou não apresentar documentação exigida após convocação dentro do prazo de validade da proposta;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual;

III - 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcial do contrato;

IV - 20% (vinte por cento) sobre o valor contratado, em caso de:

- a) apresentação de declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- b) fraude à licitação ou prática de ato fraudulento na execução do contrato;
- c) comportamento inidôneo;
- d) prática de atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- e) prática de ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) dar causa à inexecução parcial do contrato parcela do objeto não executada, em caso de inexecução que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- h) dar causa à inexecução total do objeto do contrato.

13.9. Naqueles contratos que ainda não foram celebrados, o percentual de que trata o caput e seus incisos para cálculo da multa compensatória incidirá sobre o valor estimado da contratação.

13.10. Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso I, alínea "a", item 13.2.6, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de atender a convocações do agente de contratação, comissão de licitação, comissão especial ou pregoeiro durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, comissão de licitação, comissão especial ou pregoeiro;

III - abandonar o certame;

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

13.11. Considera-se a conduta do inciso IV, alínea “f”, do item 13.2.6 como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

13.12. O valor da multa de mora ou compensatória aplicada será:

I - retido dos pagamentos devidos pelo órgão ou entidade, inclusive pagamentos decorrentes de outros contratos firmados com o contratado;

II - descontado do valor da garantia prestada;

III - pago por meio de Documento de Arrecadação Municipal; ou

IV - cobrado judicialmente.

13.13. Será aplicada a sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; (pena: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;)

II - dar causa à inexecução total do contrato; (pena: impedimento pelo período de até 3 (três) anos;)

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; (pena: impedimento pelo período de até 2(dois) meses;)

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; (pena: impedimento pelo período de até 4 (quatro) meses;)

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; (pena: impedimento pelo período de até 4 (quatro) meses;)

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; (pena: impedimento pelo período de até 1 (um) ano.)

13.14. Considera-se inexecução total do contrato:

I - recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;

II - recusa injustificada do contratado em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.

13.15. Considera-se a conduta do inciso I do caput como sendo o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pela contratada.

13.16. Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso III do item 20.3, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - Entregar documentação em desconformidade;

II - Entregar documentação parcial;

III - Não apresentar documentação complementar exigida.





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI

13.17. Constituem comportamentos que serão enquadrados no inciso IV do caput, sem prejuízo de outros que venham a ser verificados no decorrer da licitação ou da execução contratual:

I - deixar de atender a convocações do agente de contratação, comissão de licitação, comissão especial ou pregoeiro durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo agente de contratação, comissão de licitação, comissão especial ou pregoeiro;

III - abandonar o certame;

IV - solicitar a desclassificação após a abertura da sessão do certame.

13.18. Considera-se a conduta do inciso VI do item 13.3.4 como sendo o atraso que importe em consequências graves para o cumprimento das obrigações contratuais.

13.19. Será aplicada a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta, de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo 6 (seis) anos, observando-se os parâmetros estabelecidos, aos responsáveis pelas seguintes infrações:

I - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato: Pena: até 4 anos;

II - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Pena: até 6 anos;

III - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Pena: até 6 anos;

IV - Praticar atos ilícitos para frustrar os objetivos da licitação: Pena: até 5 anos;

V - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013: Pena: até 6 anos.

13.20. Considera-se a conduta do inciso II do item 13.3 como sendo a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou que induza ou mantenha em erro agentes públicos do Município de Açailândia, com exceção da conduta disposta no item 20.2.6, inciso IV, alínea "a".

13.21. A conduta do inciso III refere-se à prática de atos que prejudiquem o bom andamento do certame ou do contrato.

13.22. A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada pelo prazo máximo de 6 anos, nos casos em que a gravidade da infração justificar penalidade mais severa.

13.23. Em relação a essas condutas, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou ato de improbidade administrativa, será dado conhecimento ao Ministério Público e, quando couber, à Controladoria-Geral do Município, para atuação no âmbito das respectivas competências.

13.24. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do prefeito municipal, e, quando aplicada por autarquia, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade.

14. CLÁUSULA CARTORZE – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Rua Benjamim Constante, 393. Jacu – Açailândia/MA. CEP: 65.930-000



Documento assinado eletronicamente por **UDENES PEREIRA DA SILVA RODRIGUES**, Secretário Municipal de Agricultura, em 08/06/2026 13:36:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#). A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://eproc.acailandia.ma.gov.br/validar/>, informando o código verificador: DOC-9500668378391.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI



14.1. Por não cuidar de despesas, portanto sem previsão no Quadro de Demonstração da Despesa, fica este instrumento dispensado da exposição da dotação orçamentária.

15. CLÁUSULA QUINZE - - DA FISCALIZAÇÃO

15.1. A fiscalização do presente contrato será exercida pela Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, através do servidor abaixo identificado:

Nome:

Cargo:

Matrícula:

15.2. Como preposto para atuar junto ao fiscal do contrato na condição de responsável técnico por este a CONTRATADA indica o profissional abaixo identificado:

Nome:

Cargo:

RG.:

15.3. Fiscal e proposto trabalharão em conjunto no acompanhamento da execução do contrato observando cada um suas atribuições.

16. CLÁUSULA DEZESSEIS - DA RATIFICAÇÃO E DO FORO

16.1. As partes ratificam todos os termos do presente instrumento de contrato e elegem como foro competente para dirimir os eventuais conflitos que deste possam surgir, a Comarca do Município de Açailândia, estado do Maranhão.

16.2. Estando de pleno acordo e no uso da sua competência civil, assinam as partes este contrato administrativo na forma da lei.

Açailândia/MA, ____ de ____ de ____

CONTRATANTE/CONCESSOR

CONTRATADA/CONCESSIONÁRIA





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI



ANEXO IV – ATESTADO DE VISTORIA

A Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, localizada na _____, através do(a) servidor(a) designado(a), srº(a). _____, cargo _____, Matrícula nº _____, atesta para os devidos fins junto a Concorrência nº ____/____, que o responsável técnico/responsável legal pela empresa _____, CNPJ.: _____, localizada na _____, Srº (a). _____, RG.: _____, realizou vistoria técnica às instalações do Frigorífico Municipal de Açailândia, no dia ____ de ____ de _____, das ____ horas às ____ horas, declarando este que obteve pleno conhecimento do local e condições das instalações do empreendimento.

_____, ____/____/____

Nome com o cargo do servidor designado
Matrícula nº _____

Nome representante da empresa
RG _____
Razão Social da Empresa
Número do CNPJ





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI



ANEXO V – TERMO DE RECEBIMENTO DO FRIGORÍFICO MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA

TERMO DE RECEBIMENTO DO FRIGORÍFICO MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA

A empresa _____, CNPJ.: _____, localizada na _____, através do seu representante legal Srº (a). _____, RG.: _____, através deste TERMO, recebe do Município de Açailândia, estado do Maranhão, inscrita no CNPJ.: _____, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca, localizada na _____, através do secretário municipal Agricultura e Pesca, srº(a). _____, RG.: _____, o bem público nominado FRIGORÍFICO MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA, localizada na _____, município de Açailândia/MA, tendo plena ciência de suas condições conforme relatório de vistoria anexado ao Contrato de Concessão de Uso Real nº _____, bem como aos autos do Processo Administrativo nº _____/_____.
_____, _____/_____/_____

Nome do secretário municipal
Secretário Municipal de Agricultura e Pesca

Nome representante da empresa
RG _____
Razão Social da Empresa
Número do CNPJ





PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI



ANEXO VI - (RELAÇÃO DE BENS DO FRIGORÍFICO MUNICIPAL COM LAUDO FOTOGRAFICO)

Rua Benjamim Constante, 393. Jacu – Açailândia/MA. CEP: 65.930-000



Documento assinado eletronicamente por **UDENES PEREIRA DA SILVA RODRIGUES**, Secretário Municipal de Agricultura, em 08/06/2026 13:36:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#). A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://eproc.acailandia.ma.gov.br/validar/>, informando o código verificador: DOC-9500668378391.



PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILÂNDIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PESCA - SEAGRI



ANEXO VII – ANÁLISE DE VIABILIDADE FINANCEIRA

Rua Benjamim Constante, 393. Jacu – Açailândia/MA. CEP: 65.930-000



Documento assinado eletronicamente por **UDENES PEREIRA DA SILVA RODRIGUES**, Secretário Municipal de Agricultura, em 08/06/2026 13:36:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#). A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://eproc.acailandia.ma.gov.br/validar/>, informando o código verificador: DOC-9500668378391.